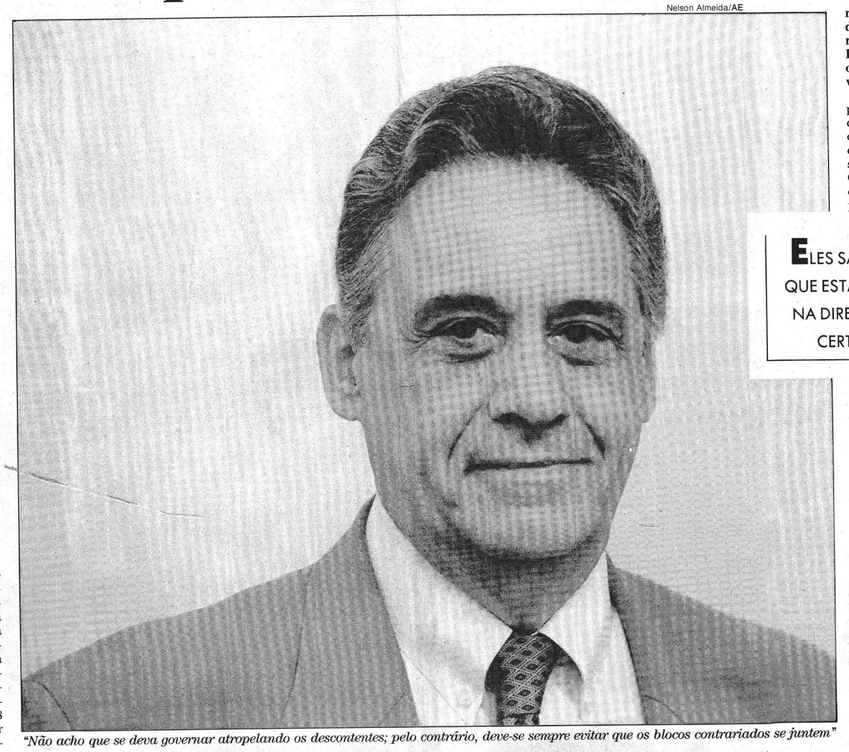
EXCLUSIVO

FH afirma que disputaria novo mandato

Presidente diz que, se Congresso aprovar emenda da reeleição, deve ter o direito de concorrer

ELIO GASPARI

Nelson Almeida/AE



"Não acho que se deva governar atropelando os descontentes; pelo contrário, deve-se sempre evitar que os blocos contrariados se juntem"

— Nas condições de hoje, e com a emenda que permite a reeleição aprovada pelo Congresso, o senhor disputaria novo mandato?

— Disputaria.

Fernando Henrique Cardoso quer ser reeleito. Como quase todos os seus antecessores (e sucessores) está convencido de que faz um grande governo, de que não há alguém à mão com suas qualificações e de que uma troca de timoneiro pode pôr em risco o projeto que conduz.

À diferença de alguns de seus antecessores, como Fernando Collor depois das denúncias de seu irmão Pedro, José Sarney depois do naufrágio do Cruzado, e João Figueiredo, depois da explosão da bomba do Riocentro, Fernando Henrique tem fortes argumentos para falar bem de si próprio. A estabilidade da moeda é o principal, mas, como ele mesmo gosta de lembrar, o fato de não se falar mais em "crise de governabilidade" mostra que o Brasil tem governo. Há gente contra, mas o presidente não chega a classificar o PT e o PDT como verdadeira oposição. Maluf? Talvez, mas por enquanto não quer briga com ele e, se possível, com ninguém.

Há um novo Fernando Henrique em construção, preocupado em somar tudo o que for possível. À primeira vista, pode-se pensar que seja uma construção utilitária em busca dos três quintos do Congresso necessários à aprovação da emenda constitucional que permite a reeleição. É bem mais que isso. É um presidente que compõe a figura política que o levará à campanha de 1998 e, a menos que seja apanhado por um desastre econômico, provavelmente sairá dela vitorioso.

Durante um almoço no Palácio da Alvorada (arroz com pastel e filé com recheio de ameixas), alguns contornos da figura política desse Fernando Henrique-98 emergiram na seguinte entrevista:

Estado — O senhor pretende disputar a reeleição?

Fernando Henrique Cardoso — Sou favorável à reeleição, como idéia. Hoje ela não está prevista na Constituição. Se ela vier a ser emendada, acho que deverei ter direito de disputá-la. Não tê-lo, seria um casuísmo, um afastamento. Haverá gente contrária ao princípio. É uma posição compreensível, que pode ser discutida, mas, havendo o princípio, o incumbente, como dizem os americanos, deve ter o direito de disputar os votos dos brasileiros. O contrário seria fórmula de ocasião.

Estado — O senhor quer disputar a reeleição?

Fernando Henrique — É cedo para que eu possa dizer que vou me candidatar.

Estado — É cedo ou é astúcia?

Fernando Henrique — Não tem nada de astúcia. Um presidente não pode dizer que quer isto ou aquilo. É preciso sentir se a sociedade está disposta a aceitar sua candidatura. Tem de perceber se está credenciado. Quando eu defendo o princípio e quando o defendo entendendo que não se deve excluir a minha candidatura, isso não significa que eu seja candidato. É necessário saber direito muitas coisas. Como o PFL vê essa questão? Como o PSDB e o PFL vêem o futuro da aliança que os levou ao governo? Até hoje essa aliança funcionou. Em que termos funcionaria mais adiante? E o PMDB?

Estado — Colocando a questão de outra maneira: há alguma chance de o senhor decidir não disputar a reeleição, mesmo podendo fazê-lo?

Fernando Henrique — Há. Bastaria surgir algum imprevisto com minha saúde. Há outras soluções políticas? Valeria a pena arriscar? Qual o melhor nome para continuar o projeto político que está em andamento no Brasil?

Estado — O senhor se acha um bom nome?

Fernando Henrique — O Brasil mudou nos últimos dois anos. Basta lembrar que uma das palavras freqüentes no noticiário político era "ingovernabilidade". Falava-se até em "crise da governabilidade". Felizmente essa palavra desapareceu do nosso cotidiano. O Brasil tem governo e o povo sabe disso. Sabe que ele segue uma linha conhecida e até mesmo previsível.

Estado — Nas condições de hoje, e com a emenda que permite a reeleição aprovada pelo Congresso, o senhor disputaria novo mandato?

Fernando Henrique — Disputaria.

Estado — Olhando para trás, da lista de seis presidentes civis que de certa forma chegaram ao poder pelo voto, quais o senhor acha que teriam se desempenhado bem num segundo mandato. Na lista estão, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, João Goulart, José Sarney, Fernando Collor e Itamar Franco.

Fernando Henrique — Juscelino, sem dúvida.

Estado — Juntando-se Fernando Henrique Cardoso à lista e, admitindo-se que ele venha a ter um bom desempenho, o placar fica em 5 x 2. Ele não sugere que a reeleição é uma coisa perigosa?

Fernando Henrique — Tudo na vida pode ser perigoso, até atravessar a rua. A reeleição pode de fato ser perigosa. A existência desse princípio constitucional pressupõe uma sociedade em que a opinião pública esteja de certa forma imune à manipulação do governo. Hoje você tem a crítica da sociedade. Tem uma imprensa livre. Já não se pode atrelar a máquina administrativa à política eleitoral.

Estado — Nesse caso não seria melhor destampar as articulações de cúpula, anunciar sua candidatura e se lançar na campanha pela aprovação da emenda que permite a reeleição?

Fernando Henrique — Não serei eu quem vai destampar, porque essas coisas não dependem da vontade do presidente. Não existe esse negócio de a pessoa dizer que vai se candidatar e com isso criar uma mágica que coloque em movimento as forças políticas. Ou os outros querem que você seja candidato, ou você é candidato de si próprio. Não estou fazendo teatro. Se eu resolvesse sair candidato dando murro em ponta de faca, ficaria numa posição ridícula.

Estado — O PFL já anunciou que só seu nome assegura o prosseguimento da aliança com o PSDB. O embaixador Jorge Bornhausen já disse que um sinal de que sua reeleição é incerta pode até mesmo afugentar capitais externos. Isso não seria razão para apressá-la?

Fernando Henrique — O fato de o Brasil viver sem a discussão da governabilidade é produto de uma soma de forças e, no momento, não há muitos nomes que somem o suficiente. De fato, dependendo de quem ganhe a próxima eleição presidencial, pode-se atrapalhar o projeto que está em curso. Mas vamos supor que a emenda da reeleição não passe no Congresso. O que se tem de fazer? Buscar quem conduza o processo sem sobressaltos. Uma coisa já está entendida, aqui dentro e lá fora: o Brasil tem rumo. Pode-se gostar ou não gostar desse rumo, mas não se pode negar que existe.

Estado — Em 1994, quando o mandato presidencial foi encurtado de cinco para quatro anos, o dispositivo da reeleição não conseguiu ser aprovado. O PSDB e o PFL deixaram que isso acontecesse porque Luiz Inácio Lula da Silva estava com quase 40% de preferências nas pesquisas. Se hoje o mandato é curto e faz falta a reeleição, isso não é resultado de um erro cometido para cortar o caminho de Lula?

Fernando Henrique — Sem dúvida.

Estado — Não acha que a reeleição de governadores e prefeitos pode acabar beneficiando os piores?

Fernando Henrique — Eu não quero entrar nessa discussão de forma a influenciá-la. Mesmo assim, se você olha para trás, vê que houve casos em que maus governadores elegeram sucessores que vieram a ser piores que eles. O centro da questão está no grau de confiança que se tem na opinião pública e nos instrumentos da democracia brasileira. É possível que a reeleição dos prefeitos de cidades pequenas, onde uma facção pode manobrar com facilidade os eleitores, deva ser discutida com mais atenção. Talvez se deva ponderar o tamanho dos municípios nos quais os prefeitos poderiam disputar a reeleição.

Estado — O que o senhor acha da seguinte proposta: o presidente, o governador e o prefeito podem se reeleger, mas nos quatro anos seguintes não podem se candidatar a coisa alguma? Uma espécie de abstinência depois do fastio.

Fernando Henrique — Para presidente, havendo reeleição, estou inteiramente de acordo. Aliás, acho que, depois de ocupar a Presidência por dois mandatos, o cidadão deveria se retirar da vida político-eleitoral. Quanto aos governadores e prefeitos, vamos discutir. A idéia não me parece má.

Estado — Há poucos dias o senhor disse que o Brasil está cansado de "velharias". Dê cinco exemplos de "velharias".

Fernando Henrique — Primeira: os privilégios das aposentadorias do serviço público. A idéia de que pode existir um sistema no qual alguns privilegiados ganhem aposentadorias gordas. Isso é uma velharia, porque hoje já se sabe que esse sistema quebra, prejudicando os mais humildes.

Segunda: a idéia de que a concessão de um serviço público é uma alienação do patrimônio nacional. É uma velharia porque o público já aprendeu a exigir melhores serviços e não quer continuar pagando por anacronismos.

Terceira: a quimera segundo a qual quem tem mais dinheiro deve ter direito ao mesmo atendimento de saúde que os que não têm dinheiro suficiente para se tratar. É uma velharia, porque ou os mais humildes ficam sem tratamento, ou todos vivem na ilusão de um direito, sem tratamento adequado.

Quarta: a atitude defensiva segundo a qual o Brasil deve temer os outros países porque, sendo subdesenvolvido, não pode competir com eles. Onde competimos obtivemos resultados surpreendentes, e onde achamos que não devíamos permitir a competição acabamos mutilando nossa capacidade de empreender.

Quinta, esta talvez seja a mais caduca das velharias: a junção de três perversidades — nada está melhorando, nada vai melhorar e nunca conseguiremos viver tão bem como vivemos antes. Afora sua essência irracional e derrotista, é uma velharia conservadora, ao gosto de quem não quer mexer em nada, porque tem medo do novo.

Estado — Velharia, então, é a esquerda?

Fernando Henrique — Eu não colocaria a coisa dessa forma. O que faz falta ao Brasil é uma esquerda mais atual. Nós temos de entender que não se pode esperar que o mercado resolva todos os problemas. Ele tem limitações, e a história do mundo — e da própria esquerda — é a vitrina do aperfeiçoamento dessas limitações. Hoje, o problema central do chamado pensamento progressista é buscar proposições amplas, universais. No Brasil, em vez de uma esquerda capaz de fazer isso, temos apenas propostas velhas, nas quais se defende aquilo que se supõe ser progressista por meio de blocos estanques.

Estado — Por exemplo?

Fernando Henrique — Vamos pegar a questão da educação. É um problema essencial da nossa sociedade e, nele, o núcleo das dificuldades está na necessidade de melhorar o ensino básico. O governo mandou ao Congresso um plano de valorização do magistério e um projeto de racionalização do uso dos recursos públicos. O que fez a esquerda? Votou contra. Apresentou projeto melhor? Não. Mostrou algum pecado capital no nosso projeto? Também não, simplesmente votou contra. Agora vamos para a questão do ensino superior. Tente mexer num só privilégio, numa só velharia. A esquerda se mobiliza com muito mais vigor para defender essas posições do que para cuidar do ensino básico. Falta-lhe uma política universal para a educação. A esquerda brasileira se mobiliza mais a favor da universidade gratuita, que indiretamente beneficia alunos ricos, do que pela melhoria do ensino básico, onde estão os filhos dos pobres. Ela se move em função de blocos velhos. Pior para ela.

Estado — O senhor recebe R$ 7 mil por mês como professor titular aposentado da Universidade de São Paulo. Isso não é um privilégio?

Fernando Henrique — É. Esse tipo de aposentadoria não existe só na USP e acho que não recebo isso tudo, que talvez seja o valor integral da aposentadoria bruta dos titulares. Acredito que recebo alguma coisa mais que R$ 4 mil líquidos. Mesmo assim, é um privilégio. Quem paga essas aposentadorias são os trabalhadores que estão embaixo, ganhando pouco. Quando você olha as aposentadorias de uma minoria do funcionalismo e as compara com as dos trabalhadores do INSS, o privilégio salta aos olhos.

Estado — O prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, diz que é a favor do princípio da reeleição, mas não quer que ela valha para o senhor. Ele ressalvou, contudo, que se, para impedir que o senhor continue no Planalto, for necessário formar uma frente com os ex-presidentes Itamar Franco e José Sarney, bem como com o deputado Paes de Andrade, então prefere que o senhor se reeleja. Não é uma novidade, vinda de um petista?

Fernando Henrique — Conheço pouco o Tarso Genro. Tudo o que li dele me mostrou que é um homem com pensamento político. Não sei o que ele pensa sobre o que deveria ser uma esquerda contemporânea. Gostaria de conversar com ele. Não digo isso por causa desse artigo, até porque já houve algumas gestões para que nos encontrássemos, mas não prosperaram, não lembro a razão.

Estado — De onde sai a oposição a Fernando Henrique Cardoso?

Fernando Henrique — Por enquanto, de lugar algum. O governo não tem diante de si uma oposição. Tem a turma do contra. O PT e o PDT são apenas do contra. Pode vir a aparecer uma oposição do prefeito Paulo Maluf, se ele resolver disputar a Presidência, mas, por enquanto, oposição organizada, que se possa dizer que tem uma proposta alternativa para o Brasil, isso não existe.

Estado — O prefeito Maluf disse que, se o senhor perder a eleição municipal e tiver vergonha na cara, deve renunciar à Presidência. Como o senhor recebeu esse ataque?

Fernando Henrique — Recebi um recado dele dizendo que não disse isso. E eu realmente não acredito que ele tenha dito uma irresponsabilidade dessas.

Estado — Essa resposta sugere que o senhor não gosta da idéia de ter Maluf na oposição.

Fernando Henrique — Eu não ajudo as dificuldades. Para que vou criar um obstáculo, se posso viver sem ele? O que nos deu a governabilidade foi a capacidade do governo de criar um projeto com ampla base de apoio político. No que depender de mim, eu não a estreito. É certo que só se governa direito contrariando interesses. Você pode contrariar, mas deve evitar que a contrariedade se generalize e os blocos contrariados se juntem. Eu não faço política saindo para matar. Se você dá um beliscão numa pessoa, ela pode reclamar, mas depois é possível se recompor; mas, se você dá um tiro para matar, de duas uma: ou mata, ou erra e não deixa alternativa ao outro, senão atirar de volta em você. E, se ele acerta, de que adiantou aquela agressividade toda?

Estado — Isso não é falta de agressividade?

Fernando Henrique — Eu não acho que se deva governar atropelando os descontentes. Pelo contrário, deve-se sempre evitar que os blocos contrariados se juntem. A democracia funciona assim, num processo sutil de choques de contrariedades, sem atropelos. Agora, se você pensa como o Jânio, como o Collor ou como se pensou no regime militar, então você sai atropelando, acha que pode passar por cima das estruturas da sociedade. No fim isso dá errado e, até fracassar, constrói muito pouco além de paixões.

(Fernando Henrique toca discretamente o sininho de prata da mesa, para pedir uma segunda rodada de café.)

Estado — Se é assim, por que o senhor se queixa de que a oposição não consegue juntar os blocos num projeto alternativo ao seu?

Fernando Henrique — Eu não me queixo. Está bom assim, até porque a oposição sabe que muita coisa que está sendo feita tem mesmo de ser feita. Eles sabem que o projeto de reformas é politicamente hegemônico, reflete uma vontade do País. Em 1994, quando se preparava o Plano Real, estive com o Lula e o José Dirceu. Eu lhes disse que íamos precisar de apoio para derrubar a inflação. Eles sabiam que a inflação era um mal, mas, quando a nova moeda foi para a rua, saíram dizendo: "O Real é um pesadelo." Em poucos dias perceberam que era o oposto, um sonho. Recolheram os cartazes. Eles sabem que estamos na direção certa. Veja o que está acontecendo na campanha eleitoral. Há gente criticando tudo, o que é natural, mas não há um só candidato apresentando um substituto para o Real.

▶▶▶

FH 98

NÃO FAÇO POLÍTICA SAINDO PARA MATAR

ELES SABEM QUE ESTAMOS NA DIREÇÃO CERTA

O GOVERNO NÃO TEM DIANTE DE SI UMA OPOSIÇÃO. TEM A TURMA DO CONTRA

José Francisco Diorio/AE

"Cheguei a temer pelo Plano Real"

FH 98

▶Estado — O senhor está chegando ao fim da primeira metade de seu mandato. Qual foi seu melhor momento?

Fernando Henrique — Foi o dia em que eu senti que o Congresso estava aprovando as reformas. A partir daí, espalhou-se a percepção de que o real se consolidara. Agora estamos diante da possibilidade de fechar o próximo ano com inflação de um dígito. Quer saber de uma coisa? Eu nunca pensei que viveria esse dia.

Estado — E quando o senhor viveu seu inferno astral?

Fernando Henrique — Entre fevereiro e abril do ano passado, com toda a certeza. Quando tínhamos a crise mexicana ameaçando nossa posição internacional e foram necessárias medidas recessionistas. Isso tudo aconteceu num período de grande confusão política e de dificuldades no Congresso. Tive até de vetar aumento de salário mínimo. Quando achava que já estava diante de todos os problemas possíveis, veio a greve dos petroleiros. Naqueles três meses cheguei a temer pelo Plano Real. Era o início do governo, havia muita gente testando a gente e eu não tive os cem dias de trégua que em geral se dão aos presidentes que estão começando o mandato.

Estado — Há umas poucas semanas o senhor disse que não gosta de se conduzir pela lógica cartesiana, porque ela exacerba os conflitos. Quando duas pessoas defendem posições que consideram perfeitamente lógicas, resta pouco espaço para se manobrar e o senhor se sente mais à vontade lidando com posições menos rígidas. Como é isso?

Fernando Henrique — Não se pode governar pensando que a vida funciona como uma tabela de tabuada. Muito menos se pode governar o Brasil buscando posições rígidas. A nossa riquíssima realidade está mais para o candomblé do que para a lógica cartesiana. No candomblé, uma coisa é e não é. O bem pode ser mau e o mal pode ser bom. Há uma ambigüidade na nossa alma e ela freqüentemente surpreende os estrangeiros, mas nós somos assim. O brasileiro não vive procurando inflexibilidades, pelo contrário.

(Fernando Henrique toca de novo o sininho de prata. Desta vez, demoradamente. Continua querendo mais café.)

Estado — O senhor poderia dar alguns exemplos dessa ambigüidade?

Fernando Henrique — Os há, às dúzias. Veja algumas expressões ambíguas:

"Vou ver" não significa que a pessoa vai ver, mas que o assunto fica para depois.

"Passa lá em casa" não significa que a pessoa esteja esperando sua visita.

"Pois não", "claro" e "tá bem" significam tanta coisa que você nunca sabe direito o que significam.

Há gente que acha que isso é malandragem. Não é. É uma certa suavidade.

Estado — Na terça-feira o presidente da República Checa, Vaclav Havel, ficou vagando sem rumo e sem programa por Brasília. Não houve quem o recebesse no Congresso e não houve quem lhe oferecesse uma programação alternativa. Ele acabou sentado num botequim, tomando cerveja. O senhor sabe quem foi o responsável por esse constrangimento.

Fernando Henrique — Ainda não.

(Fernando Henrique se levanta e vai à cozinha do Alvorada pedir mais café.)

Estado — O que o senhor está lendo?

Fernando Henrique — Eu leio muitos livros ao mesmo tempo e nem sempre acabo todos. Os dois últimos, acabei. Um foi *A Civilização da Terceira Onda*, do Alvin Toffler. É um trabalho atraente, com alguns toques de best seller, mas vale a pena lê-lo. Seria boa leitura no Congresso. Depois li o depoimento do jornalista Carlos Castelo Branco sobre a renúncia do presidente Jânio Quadros (*A Renúncia de Jânio*). O Castelinho preferiu que o livro fosse publicado depois de sua morte. É um documento admirável. Ele não interpreta nada. Limita-se a contar. O que sai da narrativa é surpreendente. Ele mostra como a pequena história, aquele amontoado de rivalidades e ambições irrelevantes, acabou prevalecendo sobre a grande História. O Brasil esteve perto de uma guerra civil sem que houvesse crise econômica, crise social ou até mesmo uma crise política séria. Era tudo futrica. Ali se aprende como o poder é ilusório quando a Presidência não está enraizada na consciência da sociedade.

Estado — Não havia crise, mas Jânio Quadros era doido, o que não é pouca coisa.

Fernando Henrique — Eu acho que essa explicação, isolada, não resolve o problema. O Jânio era um líder de massas, mas a sua Presidência não estava enraizada nas forças sociais. De uma hora para outra, até mesmo para surpresa dele, virou vento. É uma aula sobre o patético.

Estado — Outro dia o senhor viu no cineminha do palácio o filme Independence Day e comentou que se ele tivesse sido feito no Brasil o presidente certamente sairia mal. O senhor realmente acha que o brasileiro implica com o presidente?

Fernando Henrique — Não. Alguém entendeu mal o que eu disse. Minha observação é outra. Durante o filme acontece de tudo. Os Estados Unidos são bombardeados, a Casa Branca explode, o vice-presidente morre, o secretário de Defesa é um nulo, o presidente fica viúvo, mas a instituição da Presidência da República, enfiada numa caverna, se mantém vigorosa e eficaz. Com aqueles efeitos especiais todos, o próprio presidente foi capaz de romper a couraça da nave espacial dos extraterrestres. O que o filme mostra é a profunda confiança que a sociedade americana tem hoje na instituição da Presidência. Até na ficção.

(O café chega e Fernando Henrique o toma como se tivesse sido trazido ao primeiro toque do sininho.)

Estado — O senhor acredita no fura-fila?

Fernando Henrique — Não.

NOSSA REALIDADE ESTÁ MAIS PARA CANDOMBLÉ